



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI  
III Curso de Especialização em Educação na  
Diversidade e Cidadania com Ênfase em EJA/  
2014-2015

**Cléia Viera dos Santos, Iris Bezerra da Silva e Marco Polo Haickel de Oliveira Júnior**

**Continuidade dos estudos dos egressos do DF Alfabetizado: ciganos  
Calon**

**Brasília, DF  
Novembro/2015**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI  
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade  
e Cidadania com Ênfase em EJA/ 2014-2015

**Continuidade dos estudos dos egressos do DF Alfabetizado: ciganos  
Calon**

**Cléia Viera dos Santos, Iris Bezerra da Silva e Marco Polo Haickel de Oliveira Júnior**

Esp. Carla Andréia Simão dos Santos

PROJETO DE INTERVENÇÃO

BRASÍLIA, DF novembro/2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI  
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade  
e Cidadania com Ênfase em EJA/ 2014-2015

Cléia Viera dos Santos, Iris Bezerra da Silva e Marco Polo Haickel de Oliveira Júnior

**Continuidade dos estudos dos egressos do DF Alfabetizado: ciganos  
Calon**

Trabalho de conclusão do III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania com Ênfase em EJA/2014-2015, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

---

Orientador: Dimitri Assis Silveira

---

Esp. Carla Andréia Simão dos Santos

---

Avaliador Externo

BRASÍLIA, DF novembro/2015.

## DEDICATÓRIA:

Dedicamos o presente trabalho, fruto de pesquisas e perseverança, às nossas famílias que com paciência, amor mantiveram seu apoio irrestrito a mais uma etapa em nossas vidas.

Em especial:

Yoko e família, aos amigos Victor Alegria e Ademir.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradecemos a Deus, que todos os dias ao nos acordar renova as nossas forças para que continuemos sempre nos permitindo buscar a perseverança mais e mais, por sermos pessoas humanas melhores, com vontade de aprender e superar os problemas que a vida oferece.

Agradecemos também a todos os nossos colegas da Rede CTAR pela boa convivência e pelo ambiente de aprendizado proporcionado ao longo do curso. Aos professores e tutores. A toda as nossas famílias e amigos que nos auxiliaram na conclusão desse trabalho.

*“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade. ”*

*Paulo Freire*

## RESUMO

Após o 3 Ciclo de implantação do Programa DF Alfabetizado realizados na primeira experiência de Tenda Escola Cigana do país, o presente Projeto de Intervenção Local (PIL) trata da necessidade de continuação dos estudos dos Egressos do Programa DF Alfabetizado implementado através das políticas públicas direcionadas às minoras étnicas: os ciganos Calon, no Córrego do Arrozal desde 2009. Sua inclusão e acesso a alfabetização, a realidade e os desafios para a implantação do 1 segmento de EJA no próprio acampamento.

**PALAVRAS CHAVES:** DF Alfabetizado, Brasil Alfabetizado, Educação Cigana em Planaltina, Direito e Inclusão Social dos Ciganos Calon.

## RESUMEN

Después de la aplicación del 3° ciclo del Programa DF Alfabetizado realizado en la primera Carpa Escuela Gypsy del país , este proyecto de intervención local ( PIL ) se ocupa de la necesidad de estudiar por los egresos del programa DF implementado a través de políticas públicas focalizadas en las minoras étnicas : los gitanos Calon , que se establecieron y viven en Corrego do Arrozal desde 2009. El trabajo habla de inclusión y el acceso a la alfabetización , la realidad del campo y los desafíos para la implementación del primer segmento EJA en el acampamiento.

**PALABRAS CLAVE:** DF Alfabetización , Brasil Alfabetizado , Educación de Gitanos en Planaltina , Derecho e inclusión social de los gitanos Calon.



## LISTAS DE FIGURAS

FIGURAS 1 – Panorâmicas do acampamento cigano Córrego do Arrozal .....	23
FIGURA 2 – PLANALTINA – DF, Vista de satélite através do Google Maps .....	25
FIGURA 3 - 1ª Tenda Escola onde aconteceram os dois ciclos do DF Alfabetizado.....	32
FIGURA 4 - 2ª Tenda Escola Cigana .....	43

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

ILUSTRAÇÃO 1 – Curiosidades: leitura de mão e bandeira cigana .....	17
---	----

## LISTA DE QUADRO

QUADRO 1 - Relatório Analítico Final da Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal – (RAFPSTVS-DF) PLANALTINA-DF.....	27
---	----

## LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 - Quanto à educação e nível de escolaridade .....	30
---	----

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Distribuição da população segundo atributos pessoais .....	28
TABELA 2 - Distribuição dos domicílios segundo distância aproximada de uma escola pública de ensino fundamental.....	29
TABELA 3 – PDAD – ESCOLARIDADE RA-Planaltina. ....	31
TABELA 4 – Quadro de trabalhadores ciganos do Córrego do Arrozal .....	33
TABELA 5 – ATIVIDADES .....	46
TABELA 6 – CRONOGRAMA .....	47
TABELA 7 – ACOMPANHAMENTO.....	49

## LISTA DE SIGLAS

ACEC- Associação Ciganos da Etnia Calon  
CADÚNICO - Cadastro Único do Bolsa Família  
CEJAD - Coordenação de Educação de Jovens e Adultos  
CNE /CP -Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno  
CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal  
CONAE- Conferência Nacional de Educação  
CF - Constituição Federal  
CNH – Carteira Nacional de Habilitação  
CRE - Coordenação Regional de Ensino  
DF - Distrito Federal  
EB - Ensino Básico  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
EF - Ensino Fundamental  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
EJAT - Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores  
EM - Ensino Médio  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
GDF - Governo do Distrito Federal  
GTPA - Grupo de Trabalho para Alfabetização  
IDEB - índice da Educação Básica  
LDBEN - Lei de Diretrizes da Educação Nacional  
MEC - Ministério da Educação  
MP - Ministério Público  
PBA - Programa Brasil Alfabetizado  
PCN - Plano Nacional de Culturas  
PDAD Pesquisa Distrital de Amostra por Domicílio  
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PIL- Projeto de Intervenção Local  
PNATE- Programa Nacional ao Transporte Escolar  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PNLA - Plano Nacional do Livro para Alfabetização  
PNLDJA - Plano Nacional do Livro do Livro de Didático para Educação de Jovens e Adultos  
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos

Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens  
PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo  
PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PSB - Programa de Saúde Bucal  
PSF- Programa de Saúde na Família  
SBA - Sistema Brasil Alfabetizado  
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão  
SEPPIR- Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
SPU - Secretaria de Patrimônio da União  
UnB - Universidade de Brasília  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES</b> .....	17
1.1 - Nomes.....	17
1.2 - Turma.....	17
<b>2- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b> .....	17
2.1 - Título.....	17
2.2 - Área de Abrangência.....	17
2.3 - Instituição.....	17
2.4 - Público Alvo ao qual se destina o Projeto.....	17
2.5 - Período de Execução.....	17
<b>3.1 HISTÓRIA DOS CALON</b> .....	17
3.1 – Pelo mundo .....	18
3.2 – Pelo Brasil .....	21
3.3 – Em Planaltina-DF .....	23
<b>4. O AMBIENTE INSTITUCIONAL</b> .....	25
4.1 – A história de Planaltina-DF .....	25
4.2 – Infraestrutura .....	26
4.3 – Aspectos socioeconômicos .....	27
<b>5. - A TENDA ESCOLA CIGANA - JUSTIIFICATIVA</b> .....	36
5.1 - O programa Brasil Alfabetizado e a história da EJA no DF .....	36
<b>6. OBJETIVOS</b> .....	45
6.1 Objetivos Geral .....	45
6.2 Objetivos Específicos .....	45
<b>7. ATIVIDADES RESPONSABILIDADES</b> .....	46
<b>8. CRONOGRAMA</b> .....	47
<b>9. PARCEIROS</b> .....	47
<b>10. ORÇAMENTO</b> .....	47
<b>11. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO</b> .....	49
<b>12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	50



## **INTRODUÇÃO:**

O Brasil em sua última década tem avançado em relação às políticas públicas de inclusão dos povos excluídos e marginalizados ao longo de sua história. Desde a Constituição Federal de 1988, (CF 1988, 2013), quando pela primeira vez os ciganos, assim também como os índios, e os povos quilombolas tiveram acesso com seus direitos reconhecidos, e os movimentos sociais organizados passaram às ruas pressionando as autoridades políticas em busca de políticas públicas do governo brasileiro. Através do Artigo 1º, inciso III, que fala do direito “à dignidade da pessoa humana”, podemos falar que caminhamos rumo a tão sonhada igualdade de oportunidades e justiça social.

É na tentativa de promover a justiça social e reparar a dívida histórica com a comunidade cigana Calon que este Projeto de Intervenção Local (PIL) está sendo desenvolvido na Tenda Escola Cigana, localizada no Córrego do Arrozal, e trata da Continuação da Educação dos Egressos do Programa DF Alfabetizado (PDFA): ciganos Calon.

Após a realização do 3º ciclo do DF Alfabetizado no acampamento ciganos Calon, desde sua implantação em 2013, a realidade mudou muito. Hoje o acampamento já conta com demanda para a criação do primeiro segmento de EJA para sua implementação na própria tenda escola, o que ainda não acontece. No DF, o Programa Brasil Alfabetizado/DF Alfabetizado (PBA/DF) tem como principal objetivo alfabetizar jovens e adultos com 15 anos ou mais garantindo o acesso aos estudos, encaminhando esses educandos ao final do ciclo, ao primeiro segmento do Ensino Fundamental (EF). Para o MEC, o DF Alfabetizado deve servir como um marco ou retorno aos bancos escolares, contribuindo assim para universalização da alfabetização e a elevação dos índices de escolaridade das pessoas em situação de vulnerabilidade. No caso dos ciganos da etnia Calon podemos observar que essa volta ou retorno às escolas ainda não é harmoniosa nem tão pouco tranquila. Como veremos no decorrer desse trabalho, existe ainda um preconceito muito forte em relação ao povo cigano. São séculos de exclusão, marginalizados, perseguidos, sem documentos, sem residência fixa, e o pior, analfabetos num mundo de letras, números, símbolos e códigos.

Embora os ciganos não sejam nominalmente citados na CF de 1988, o Brasil avançou muito nos direitos à educação de povos que são minorias étnicas, como é o caso dos índios, e os residentes de Quilombos, ribeirinhos; também no que diz respeito

à igualdade de condições de gêneros e raças, através de políticas públicas, aqui entendidas como o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil (BONETTI, 2011, p.18). Tais direitos por sua vez podem ser estendidos objetivando atender o que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que define, enquanto modalidade a Educação de Jovens e Adultos (EJA) que se destina àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental (EF) e Ensino Médio (EM) na idade própria (art. 38). Ainda de acordo com a LDB, existe a determinação que o Plano Nacional de Educação (PNE) seja elaborado em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos. Em sintonia o Senado brasileiro aprovou no dia 17/12/2013 o novo PNE, que prevê metas para o período de 2011 a 2020.

Como veremos, a experiência vivida na primeira tenda escola cigana do País por nós educadores voluntários, durante a implantação desses três primeiros ciclos do DF Alfabetizado, nos possibilitaram apontar novas perspectivas ao fim dos mesmos, que visam a garantia dos estudos desses egressos, não na escola tradicional, onde o preconceito como veremos ainda é muito forte, mas sim na própria tenda escola cigana, aonde eles já estão mais ambientalizados.

Para tanto buscamos um acompanhamento e fiscalização mais ostensiva e rigorosa das políticas públicas e os direitos adquiridos por extensão à essa comunidade. Para uma melhor compreensão da questão problematizadora, que é a continuidade dos estudos dos egressos do DF Alfabetizado na tenda escola, organizamos este trabalho da seguinte forma:

Na primeira parte faremos uma breve caracterização dos sujeitos da EJA envolvidos no PDFA, que se trata da comunidade de etnia Calon, realizando a seguinte gradação: os Calon no mundo, no Brasil e em Planaltina; na segunda parte trataremos da história de Planaltina-DF, onde eles foram assentados, através da cessão de terra pela União em parceria com o Governo do Distrito Federal (GDF). Ao estudarmos a cidade de Planaltina levamos em consideração dados coletados a partir do Relatório Analítico Final da Pesquisa Socioeconômica em Território de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal, realizada em 2010 pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômico (DIEESE), bem como dados coletados junto à Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), que aponta Planaltina como uma região com grande ocorrência de pobreza crítica. A Pesquisa Metropolitana de

Amostra por Domicilio (PMAD) realizada em 2013, e para finalizar a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada no início de 2015. Todos esses levantamentos serviram para demonstrar que a comunidade Calon, ainda permanece invisível aos olhos das autoridades e não aparecem ou mesmo são citados nas pesquisas e estudos; na terceira parte, abordaremos detalhadamente a criação da Tenda-Escola Cigana no acampamento Córrego do Arrozal, bem como seu funcionamento e utilização pela comunidade Calon; seguiremos nossos estudos analisando a história da EJA no Distrito Federal, bem como o Programa DF Alfabetizado seus desdobramentos, características próprias no Córrego e para finalizar trataremos da questão dos Egressos do Programa, quem são eles e o porquê da necessidade de continuarem seus estudos.

## 1. Dados de Identificação dos Proponentes:

1.1 – **Nomes:** Cléia Vieira dos Santos, Íris Bezerra da Silva e Marco Polo Haickel de Oliveira Júnior

1.2 – **Turma:** Grupo 11

1.3 – **Contatos:** Telefones - 61 3084-7239; 85822652 Cléia Vieira; 9818-3229 Íris Bezerra ; 8187-8265 Marco Polo.

1.4 - **E-mails:** kler-santos@hotmail.com; bezerra.iris@hotmail.com; mphaickel@gmail.com

## 2 - Dados de Identificação do Projeto:

2.1 – **Título:** Continuidade dos estudos dos egressos do DF Alfabetizado: ciganos Calon

2.2 - **Área de abrangência:**

( ) Nacional ( ) Regional ( ) Estadual ( ) Municipal ( ) Distrital ( x ) Local

2.3 - **Instituição:** Tenda Escola do Córrego do Arrozal, acampamento cigano

2.4 - **Público ao qual se destina:** Egressos ciganos do DF Alfabetizado que vivem no Acampamento, composto entre mulheres e homens, jovens e adultos com idade entre 14 até 62 anos. Em sua maioria vendedores autônomos. Os homens em sua maioria negociam a compra e venda de carros, já as mulheres vendem panos de prato, bem como também leem mãos e também são dançarinas.

2.5 - **Período de execução:** 01/03/2016 a 10/12/2016.

## 3. HISTÓRIA DOS CALON

Curiosidade:

DRAB = Leitura de mão.

A Bandeira dos ciganos significa:

1 - O Céu é o meu teto

2 - A terra é a minha Pátria

3 - A liberdade minha Religião

4 - A cor vermelha da corda e da roda = eles poderia ir de um país para o outro sem sofrer restrições, mas isso mudou após a implantação da UE – União Européia.

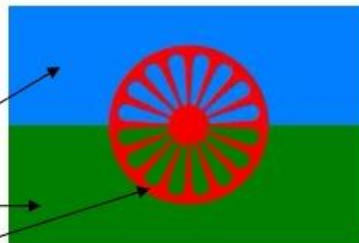


ILUSTRAÇÃO 1 – curiosidades: leitura de mão e bandeira cigana. Fonte Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK)

### 3.1 - PELO MUNDO

Para a caracterização dos sujeitos de nosso projeto, iniciamos nossa apresentação com a história dos Calon pelo mundo. Muito pouco se sabe com precisão a respeito da cultura do povo Calon, e isso se deve em grande parte ao fato deles permanecerem em sua maioria à margem da sociedade. Viver num mundo capitalista em que se valoriza mais o *ter* do que o *ser* fatalmente é passível de nos conduzir a abismos de contradições reveladas, muitas vezes, tão somente, pela simples aparência: quem vê um levante cigano, cheio de mulheres bonitas e bem vestidas, com roupas coloridas, panos na cabeça, dançando, acompanhadas por homens vistosos com seus sorrisos dourados, ou mesmo passando em um carrão possante nem sempre imagina ou sabe que ali por trás tem uma pessoa analfabeta, sem documentos, sem residência fixa, apreensiva por levar uma vida nômade, de incertezas, muitas vezes relegada ao preconceito, à pecha de "ladrão" ou "trapaceiro", mesmo sem o ser.

Não é fácil viver sob o jugo alheio, e para se manter e se preservar vivo muitas vezes é preciso embaralhar as peças desse quebra cabeça, fazer alianças entre famílias, ou até mesmo escamotear a verdade diante do olhar inquisidor. O mistério que acompanha a história dos ciganos Calon pelo mundo deve-se principalmente ao fato de sua cultura se manter por muito tempo transmitida de maneira oral, contada de geração em geração por séculos. A história dos ciganos Calon carece ainda de fonte, por se tratar de um povo de minoria étnica, marginalizado e excluído. O que não os impediu de manterem vivas suas tradições e sua cultura.

Desde muito cedo a cultura cigana é marcada pela exclusão, pela intolerância, injustiça e preconceitos. O próprio termo cigano está cunhado com o etnocentrismo dos senhores feudais, quiçá até antes, quando sua designação era "*gipsys*", e acreditava-se que sua origem se dava com a fuga do povo hebreu do Egito. No século XIX, porém pesquisas antropológicas revelaram que os ciganos eram originados da Índia e que se espalharam inicialmente pela Europa.

Durante o período da Idade Média, representavam perigo aos senhores feudais, pois representava uma ameaça ao poder da época. Também não eram bem vistos pela Igreja, que à época comandava com a ajuda da Inquisição. Como os ciganos não participavam dos ritos católicos de batismos, casamentos, confissões, não eram também aceitos com naturalidade pelo seio da Igreja.

Da Europa os ciganos percorreram o mundo. Encontra-se comunidades ciganas praticamente em todos os continentes. Nas Américas temos registros em todos os

países. Em setembro último, o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (PGDCCEAMD), da Universidade de Brasília (UnB), organizou uma Mesa Redonda com os Povos Ciganos na América Latina (PCAL), e que contou com a presença do povo *rom*<sup>1</sup> da Argentina, Colômbia, Chile, que deram depoimentos recentes da luta para se organizarem e buscarem seus direitos na sociedade.

Rodrigo Corrêa<sup>2</sup> revela:

À parte a complexa definição da identidade cigana, a documentação conhecida indica que sua história no Brasil iniciou em 1574, quando o cigano João Torres, sua mulher e filhos foram degredados para o Brasil<sup>1</sup> Em Minas Gerais, a presença cigana é nitidamente notada a partir de 1718, quando chegam ciganos vindos da Bahia, para onde haviam sido deportados de Portugal. (2008, p. 5)

Teixeira nos fala sobre a escassez e quão dispersa é a documentação sobre os ciganos devido ao fato deles serem ágrafos e não deixarem registros escritos, o que o obrigou então a orientar sua pesquisa aos relatos que raramente aparecem nos documentos de forma indireta, através de mediadores como chefes de policiais, clérigos e viajantes, figuras da época de um Brasil Colônia. Confessa ele que tais testemunhos, a informação dada ou adquirida sobre os ciganos traz consigo a marca de um olhar "hostil e constrangedor". Que sua figura estava associada à vagabundagem, e que aparecem outrossim nos documentos recolhidos para a pesquisa como corruptores dos costumes, supersticiosos, vândalos, e conclui como uma "anomalia social e racial" .

---

<sup>1</sup> OS ROMA - ROM, SINTI, CALON - conhecidos como CIGANOS. O termo "cigano" é uma expressão criada na Europa do Século XV, para designar povos nômades (ou cujo nomadismo constituía característica de seu modo de viver), e que a si próprios chamam de ROM, SINTI ou CALON. Hoje, na Europa e nos Estados Unidos, a expressão "cigano" (gypsy, tzigane, zingaro, etc.) é evitada pelos ciganólogos não-ciganos, os quais preferem a expressão geral adotada pelos movimentos de afirmação dessa etnia, adotando a expressão ROMA. Entretanto, costuma-se distinguir pelo menos três grandes grupos: (1) os ROM, ou Roma, que falam a língua romani; são divididos em vários subgrupos, com denominações próprias, como os Kalderash, Matchuaia, Lovara, Curara etc.; são predominantes nos países balcânicos, mas a partir do Século XIX migraram também para outros países europeus e para as Américas; (2) os SINTI, que falam a língua sintó e são mais encontrados na Alemanha, Itália e França, onde também são chamados Manouch; (3) os CALON ou KALÉ, que falam a língua caló, tido como "ciganos ibéricos", que vivem principalmente em Portugal e na Espanha, onde são mais conhecidos como Gitanos, mas que no decorrer dos tempos se espalharam também por outros países da Europa e foram deportados ou migraram inclusive para a América do Sul. MAIA, Luciano Moriz *in* Jornal Carta Forense, em 4/5/2009.

<sup>2</sup> TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. PUC Minas, Núcleo departamental: Política Internacional e Segurança. Currículo Lattes: [lattes.cnpq.br/5175996400497848](http://lattes.cnpq.br/5175996400497848).

Ainda segundo o mesmo estudo, ao adentrar com as pesquisas na parte mais literária, pode-se também ter uma visão histórica, e saber do quando os ciganos ascenderam socialmente e conseguiram abrir espaço na sociedade carioca e mineira, - num episódio marcado por um Brasil escravagista. Nessa época o comércio de escravos é exercido pelos ciganos, vendendo escravos de "segunda" para as lavouras de Minas, conseguindo assim arrecadar grandes lucros, mas com o fim da escravidão e o início da República, decaem novamente ao papel de vilão na sociedade.

Ao entrevistarmos o líder dos ciganos Calon do Córrego do Arrozal e também presidente da Associação Ciganos Etnia Calon de Brasília e Entorno (ACEC), Elias Alves da Costa, sobre a origem do seu povo, obtivemos o seguinte registro: "Olha, a gente começou a muitos anos atrás. Nós estamos aqui no Brasil, vamos falar a nível nacional, desde antes do descobrimento pelos portugueses, o cigano já estava aqui também. Quando os portugueses chegaram para descobrir o Brasil os ciganos já estavam tudo com os índios. Mas como os ciganos já vieram corridos, perseguidos, quando os portugueses "chegou" os ciganos foram se esconder e o índio apareceu, porque o índio era o dono mesmo, ele já estava na terra aqui do Brasil".

Sua fala seguinte ressalva o dito acima, o que demonstra que mesmo depois de cinco séculos quase nada mudou de lá para cá. Líder Cigano:

E daí para cá o cigano só andou escorraçado, corrido, o cigano se tornou perseguido, e se tornou também um grande medroso, porque ele é perseguido pela Polícia, tanto o Estado como os Municípios não querem saber de nossa presença, e o fato de a gente viver nessa condição, eu como mais velho, nós "vivia" andando a cavalo, a gente não andava pela cidade, andava mais pelas roças, nos "interior"... e daí pra frente foi perseguição, até hoje nós somos perseguidos ainda. E estamos nesse Brasil do século 21, um Brasil que é já "informalizado", mas que para os ciganos ainda não tem nada disso. Pra nós ciganos ainda somos tudo analfabeto, não tem políticas públicas que falam pelos ciganos, e é duro a vida, a vida do cigano é essa, "tamo" hoje um grupo assentado, não somos mais acampado, estamos assentados pelo Governo Federal, que já passou pro governo do GDF, e ainda assim estamos esquecidos, "ganhamos" a terra mas não "ganhamos" condições de vida melhor. Ainda não conhecemos os nossos direitos de cidadão em nosso País.

A partir da reflexão do discurso acadêmico, tanto como do Sr. Elias, podemos perceber que muito tem em comum, e que ambos ressaltam a palavra "perseguidos", o quão difícil é trabalhar, sem se ter um documento, um endereço, ainda mais sendo analfabeto numa sociedade burocrática e capitalista?

### 3.2 - PELO BRASIL

O preconceito sempre esteve associado à história dos ciganos no Brasil. Mesmo com o fim do Império e já na história da República o cigano é tido e recebido sempre como sendo trapaceiro, velhaco. No Estado Novo, que tinha à frente o presidente Getúlio Vargas evidencia-se o direito negado no Decreto de nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, que restringia a entrada de estrangeiros no Brasil, citando-os nominalmente no Art. 113, onde se pode ler:

Serão impedidos de desembarcar, mesmo com o visto consular em ordem, os estrangeiros: I, indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres; incluindo assim os ciganos.<sup>3</sup>

Na história mais contemporânea, tendo como marco a Constituição Federal de 1988 (CF 1988, 2003), muitos direitos foram conquistados pelos ciganos. O país tem avançado em suas políticas públicas para inclusão dos povos de etnias minoritárias. Com relação ainda aos ciganos cabe ressaltar a luta das lideranças para conseguir espaço na sociedade como atualmente vem conquistando os povos quilombolas, os indígenas. A relevância dos movimentos sociais conseguiu um marco com a conquista no Brasil do Dia do Cigano<sup>4</sup>.

De acordo com dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem no País cerca de 800 mil ciganos. A pesquisa do IBGE encontrou assentamentos em 291 cidades brasileiras, concentradas, principalmente, no litoral das Regiões Sul, Sudeste e o estado da Bahia, com o maior número de grupos.

Os ciganos começaram a ser reconhecidos já há alguns anos, contar a sua história é motivo de satisfação, pois são pessoas que também buscam os seus direitos e igualdade social numa sociedade que precisa se mostrar mais acolhedora e tolerante.

Foi a partir da Constituição de 1988 e da era “LULA” que pela primeira vez na história do Brasil começaram a existir Políticas Públicas para ciganos Nômades. (MOONEM, 2011, p.220)

Sob a égide da Literatura, em entrevista ao professor Ático Vilas-Boas da Motta, que lançou o livro “Ciganos”, traduzido em três idiomas: inglês, português, e romani, a

---

<sup>3</sup> Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, art. 113, I. Fonte: Legislação Informatizada.

<sup>4</sup> O Dia Nacional do Cigano é comemorado oficialmente no Brasil no dia 24 de maio. Foi Comemorado pela primeira vez em 24 de maio de 2007, com uma programação especial da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) Wikipedia, acesso em: 14-10-2015).



língua própria dos ciganos. Ático morou em Bucareste e foi diretor do Instituto Brasil-Romênia nos anos de 1980, obtendo assim intenso contato com os ciganos da Romênia. Ele destaca as tantas dificuldades encontradas para pesquisar sobre o tema, e revela as principais características da poesia cigana. Segundo Ático:

Primeiro, a principal marca da poesia dos ciganos é a Natureza por onde eles passam. Segundo a emotividade, afinal os ciganos são muito emotivos o que está muito bem representado na poesia deles. Não o maior, mais um dos maiores poetas dos ciganos é ou seria o Tiko Nadjam, um grande poeta, que seria assim um Castro Alves dos Ciganos, talvez, guardando a devida proporção seria como o Dante da Poesia Italiana e por aí vai. (MOTTA, apud, 2011, p. 85)

Para o professor Ático, o poeta Nadjam traduziu o comportamento dos ciganos que apoiam a palavra escrita, isso porque para os ciganos ainda vale mais é a oralidade. E arremata com um provérbio cigano que diz: *a palavra escrita mata o espírito*, haja vista que os ciganos quando vão contar uma história para além da história dos ciganos, eles contam tantas vezes diferentes. Ou seja, cada vez que eles narram uma história, eles narram de maneira diferente. Eles estão sempre criando e recriando. Para eles escrever essas histórias, essas lendas, seria aprisionar o pensamento, o que torna a tarefa do pesquisador ou coletor de história oral cigana, praticamente "impossível", até mesmo pela diversidade dessas versões. Ático revela também que esta dificuldade se dá por serem em sua maioria ágrafos. Revela ainda em seu discurso da dificuldade em encontrar-se uma Gramática Cigana, e que além de raras de encontrá-las, normalmente são escritas por não ciganos. Ático salienta:

Agora com o processo de alfabetização que eles relutam muito, é que alguns ciganos estão escrevendo suas próprias histórias e respectivas gramáticas. Por isso, o que se tem sobre os ciganos foi escrito por não ciganos. (Apud, 2011, p. 86)

Mesmo com um histórico de perseguições, prisões e injustiças, a contribuição do povo cigano para a nossa cultura é imensa. Ático cita como exemplo duas qualidades dos ciganos: uma delas é relativa a sua trajetória, afinal nunca foi encontrado uma criança cigana abandonada ou se tem notícia; e em segundo lugar o respeito e o carinho com que tratam os mais velhos. No caso da história do Brasil e a cultura brasileira cita dois exemplos clássicos que é a ascendência cigana em Castro Alves, registrada em sua biografia escrita por Pedro Calmon, publicada pela José Olympio. Já o outro caso emblemático é do ex-presidente Juscelino Kubitschek, afinal é também sabido que sua mãe era de origem cigana, que veio da Tchecoslováquia e casou com

o senhor da família Oliveira. Ainda segundo o professor Ático tal afirmativa pode ser comprovado através de características de JK: uma, que ele gostava muito de dançar, conhecido como “pé de valsa” e que gostava de serenatas. A outra é que ele era muito religioso, ambas características atribuídas ao povo cigano.

### 3.3 - EM PLANALTINA-DF



FIGURA 1 – Panorâmicas do acampamento cigano Córrego do Arrozal. Fonte: Autores

De certo que depois de idas e vindas de avanços históricos e derrotas cotidianas, no dia 23 de setembro de 2011 chega em Sobradinho, na Fazenda Sálvia, localizada no Núcleo Rural Córrego do Arrozal, Chácara 163, na BR-020, o grupo cigano da etnia Calon. Ali se instalam com suas barracas e tendas, num terreno com infraestrutura precária, com água de poço e sem coleta ou rede de esgoto. O terreno ocupado soma em torno de 3 hectares. Para falar sobre essa conquista e como ela se deu transcrevo trecho da entrevista feita com o líder do acampamento, Sr. Elias:

A gente está aqui desde quando começou Brasília. Nossa luta aqui foi grande por um espaço para gente acampar e assim ter oportunidade de estudo, de trabalho. A gente não ficava em Brasília por mais de 15 dias. A administração de todas as cidades satélites só nos dava 15 dias para os acampamentos ciganos. Então desse modo se tornava muito difícil. Aí por volta de 2010 e 2011, a gente teve a ideia de ter uma terra para o nosso povo. Nem que fosse uma concessão de uso, igual a gente está aqui hoje. Então foi criada aqui em Planaltina, a gente fez um ofício, “entreguemos” a administração de Planaltina querendo mais um prazo para que pudéssemos ficar mais dentro da cidade. Daí foi que começou, aí eles disseram que não era mais só com eles, que a gente tinha que procurar ajuda das secretarias, vocês têm que procurar a União, como as terras de Brasília são mais da União Federal do que do GDF, então a gente passou pela Secretaria da Agricultura, que faz parte dessa terra, “passemos” pela Emater, e “fumo” parar diretamente na União. Foi quando a gente conseguiu uma concessão de uso para terra durante 6 meses. E dentro desses 6 meses eles

nos prometeram através de um projeto que a gente fez para uma Vila de Moradia para os ciganos, uma Vila Cigana em Brasília, que não servisse apenas só para o povo cigano que vive aqui, mas que acolhesse também os que estão de passagem pela cidade, e pra gente é um orgulho muito grande receber os ciganos que vem de fora... e hoje estamos aí aguardando essa terra que é tão sonhada, afinal me prometeram o documento em seis meses e já se passaram cinco anos e continuamos aqui aguardando. O que eles dizem é que ainda não tem um modelo de documento de como entregar terra para cigano ainda, o que ao meu ver deveria ser muito fácil, afinal eles não entregam a terra para os quilombolas? Pro índio? Então por que não pode entregar para o cigano? A meu ver isso é falta de interesse, falta de vontade, porque eu preciso do documento da terra para fazer oficinas de trabalho aqui dentro, afinal para tudo precisa do documento.

Depois de assentados a luta por direitos continuou, era a vez de conseguir resolver um problema sério no acampamento: o analfabetismo.

Situada bem na divisa entre Planaltina e Sobradinho, o que gerava uma certa confusão no atendimento dos direitos do acampamento, que ora se encaminhava a Regional de Planaltina, de onde é orientada para a Regional de Sobradinho. O jogo de “empurra-empurra” acabou por prejudicar os ciganos, não só quanto a questão do deslocamento, como também na morosidade para a tomada de decisões no que diz respeito às políticas públicas. Com relação ao espaço físico, a tenda escola por se encontrar em zona rural, por sua natureza busca adotar um currículo de escola do campo. Quando pensamos numa educação do campo temos que ter em conta o entendimento de uma escola que respeite as diferenças e a política de igualdade e que trate da qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão. A educação do campo, que pela nossa legislação também é conhecida como educação rural, nasce com a vontade de se contrapor à lógica do capitalismo, dos latifúndios, que expropriam os trabalhadores e suas famílias da terra. É uma educação que contempla a dimensão da vida, do meio ambiente, suas qualidades específicas, seus ciclos, e não há uma demanda automatizada. Neste sentido a educação do campo concebe uma visão de educação emancipatória do ser humano. Reconhecer o campo como produtor de cultura e conhecimento vai além de pensar no povo cigano como sujeito de direitos garantidos, produtores de cultura, de história. O resgate desse saber, como sujeitos históricos com direitos à terra e como produtores de cultura e conhecimento, significa pensar uma educação a partir de um povo itinerante com suas idiossincrasias, segundo os Marcos Normativos da Educação do Campo. (MEC, 2012).

## 4. O AMBIENTE INSTITUCIONAL

### 4.1 – A história de Planaltina-DF

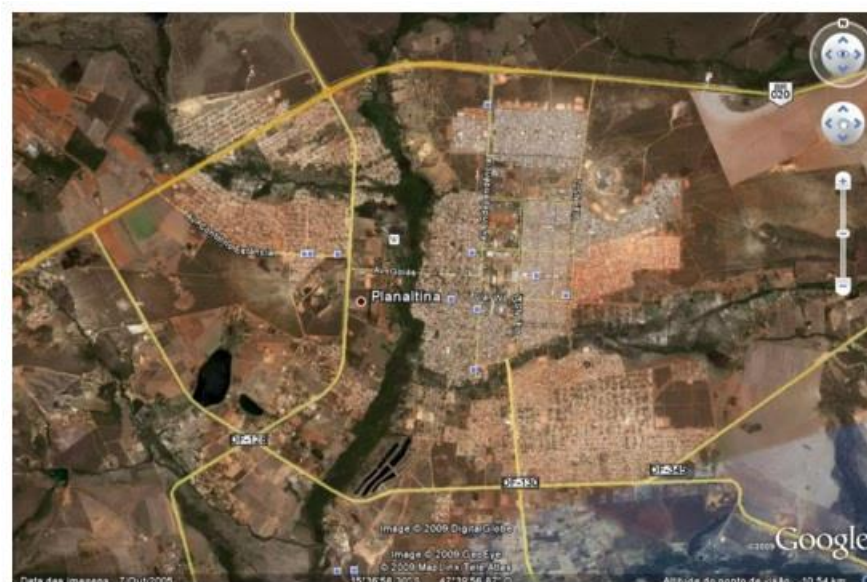


FIGURA 2 – PLANALTINA – DF, Vista de satélite. Fonte: Google Maps.

O primeiro nome da história do povoado de Planaltina foi Mestre d'Armas<sup>5</sup> e isto se deu ao fato de um ferreiro que se instalou na região, perito na arte de consertar e manejar armas. Batizada de Planaltina em 1917, a cidade assistiu em 1922, ano do centenário da independência do Brasil, ao lançamento da pedra fundamental da futura capital, pelo então presidente Epitácio Pessoa. O lançamento causou, na época, um surto de desenvolvimento na região. A fundação do núcleo em que se originou a cidade Planaltina é atribuída a José Gomes Rabelo, fazendeiro que se transferiu da então Capital da Província de Goiás para a Lagoa Bonita, estendendo, posteriormente, suas posses até à morada do "Mestre D'armas". Assim, foi construída uma capela de taipa, em pagamento de voto feito a São Sebastião, para se livrarem de uma epidemia que os atacava na época. Dona Marta Carlos Alarcão encomendou de Portugal, uma imagem do Santo trabalhada em madeira para ser colocada na capela, sendo mais tarde substituída por outra maior na época da ampliação da construção. A atual Igreja de São Sebastião conserva até hoje as mesmas características da época de sua criação.

O território onde se situava "Mestre D'armas" pertenceu, de início, à Vila de Santa Luzia (hoje Luziânia), transferido para o Julgado de Couros (hoje Formosa) em

---

<sup>5</sup> - Wikipedia.

20 de junho de 1837. Sucessivas anexações e desanexações ocorreram, a partir de então, provocadas por manifestações da população local, levando o povoado a pertencer, de acordo com as preferências do poder dominante, ora a Vila de Santa Luzia, ora a Vila de Formosa. (MORAES FILHO, 1981, p.64)

Privilegiada em pontos turísticos, a região de Planaltina oferece atrações como a Lagoa Bonita, a Cachoeira do Pipiripau e o Vale do Amanhecer. Planaltina guarda também a Estação Ecológica de Águas Emendadas. Na área urbana, as maiores atrações são a Igreja de São Sebastião, a Igreja Matriz e o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, que conserva a memória da cidade. No Museu podemos encontrar peças de cerâmica e tapeçarias. A cidade tem no seu calendário de festas tradicionais a Folia do Divino, realizada no sétimo domingo após a Páscoa, e a Folia dos Santos Reis, no dia 6 de janeiro. A cidade também se mobiliza durante a apresentação teatral da Via-sacra, representada por atores da cidade, e que leva um grande público ao Morro da Capelinha, durante as comemorações da Semana Santa.

#### **4.2- Infraestrutura**

A Região Administrativa divide-se em Setor Tradicional (Setor Residencial Tradicional Central, Norte, Sul e Leste, que inclui a Vila Buritis I, II, III, IV); Setor Residencial Norte, mais conhecido como Jardim Roriz; Setor Residencial Oeste ou Vila Nossa Senhora de Fátima; Vila Vicentina; estâncias (EMD I, II, III, IV, V) e condomínios; Arapoanga; Vale do Amanhecer; além da Área Central, que abrange os setores Educacional, Hospitalar, Recreativo e Cultural, de Áreas Especiais Norte, de Oficinas; e as áreas rurais, que compõem a maior parte da área de Planaltina, como Rio Preto (70 km do Plano Piloto), Taquara (60 km do Plano Piloto, acesso BR-020 e DF-230), Tabatinga (35 a 65 km do Plano Piloto) e Pipiripau com acesso pela BR-020. A estrutura urbana da Região Administrativa VI é composta de um Batalhão do Corpo de Bombeiros, duas Delegacias de Polícia Civil – 16ª DP e 31ª DP, um Batalhão da Polícia Militar – 14ª BPM, nove Postos Comunitários, 21 Escolas Públicas Rurais, 41 Escolas Públicas Urbanas, cinco Centros de Saúde, três Postos de Saúde Urbano, seis Postos de Saúde Rurais, um Hospital Regional e os seguintes Bancos: Banco de Brasília – BRB, Banco do Brasil – BB, Caixa Econômica – CEF, Itaú e Bradesco.

### 4.3 - Aspectos socioeconômicos

O Relatório Analítico Final da Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE) traz dados reveladores de Planaltina. A pesquisa, foi a campo entre os meses de agosto e dezembro de 2010, e teve por objetivo produzir um conjunto de informações para subsidiar a ação de gestores e atores sociais na formulação de análises e propostas de ação em relação às questões relativas às populações em vulnerabilidade social e ao mundo do trabalho no Distrito Federal. (DIEESE, 2010, p.4).

## Região Administrativa

### PLANALTINA

População estimada: 176.587

Domicílios estimados: 49.264

Índice de Vulnerabilidade: 53,8

Territórios Vulneráveis: Arapoanga, Buritis,

Condomínio Estância Mestre D'Armas, Jardim Roriz e Setor Tradicional

QUADRO 1 - Dados da população de Planaltina. Fonte: DIEESE. Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal, 2010.

Em Planaltina, há 49% de homens e 51% de mulheres. Essa distribuição é diferenciada no "Setor Tradicional", onde há 41% de homens e 59% de mulheres. Os negros são a maioria em todos os setores de Planaltina, com percentuais que variam de 58%, no Condomínio Estância Mestre D'Armas, a 83%, em Arapoanga. Em relação à faixa etária, há 4% de crianças com até 3 anos na Região de Planaltina e 6% de crianças entre 3 e 6 anos. Crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos são 18% dos habitantes da RA, variando de 11% no Vale do Amanhecer a 23% em Arapoanga. Pessoas com 60 anos ou mais representam 8% da população de Planaltina, com percentuais que variam de 3% no Condomínio Estância Mestre D'Armas a 14% no Setor Tradicional. Quanto à posição que ocupam no domicílio, 44% dos habitantes são "filhos"; 29%, chefes; e 19%, cônjuges (DIEESE, 2010, p. 134).



Segundo os dados acima obtidos levando-se em conta os aspectos pessoais, observa-se o não aparecimento dos ciganos, sequer são citados ou figuram na pesquisa.

Atributos pessoais	Planaltina - Arapoanga	Planaltina - Buritis	Planaltina - Condomínio Estância Mestre D'Armas	Planaltina - Condomínio Mestre D'Armas	Planaltina - Jardim Roriz	Planaltina - Setor Tradicional	Planaltina - Vale do Amanhecer	Total
<b>Sexo (em %)</b>								
Masculino	54,0	50,1	50,1	44,3	45,4	40,9	49,6	49,1
Feminino	46,0	49,9	49,9	55,7	54,6	59,1	50,4	50,9
<b>Raça (em %)</b>								
Negros	83,0	76,4	58,4	74,3	73,6	67,1	60,5	73,1
Não-negros	17,0	23,6	41,2	25,7	26,1	32,9	39,5	26,8
Não respondeu	0,0	0,0	0,5	0,0	0,3	0,0	0,0	0,1
<b>Idade (em %)</b>								
Crianças até 3 anos incompletos	5,4	3,4	5,7	3,4	2,5	3,1	3,0	3,9
crianças de 3 anos completos a 6 anos completos	5,0	6,4	7,0	6,9	6,1	4,8	8,6	6,3
mais de 6 a 15 anos	22,5	15,6	21,9	19,5	18,4	17,4	11,0	18,0
mais de 15 a 17 anos	4,9	2,3	6,1	3,8	4,1	1,9	4,2	3,7
mais de 17 a 21 anos	7,8	9,1	8,8	8,2	8,3	2,9	9,2	8,2
mais de 21 a 60 anos incompletos	48,9	52,1	47,6	51,2	51,8	56,1	55,5	51,5
60 anos completos a 65 incompletos	2,9	1,9	0,6	3,4	2,6	6,1	5,5	2,7
65 anos completos ou mais	2,5	9,2	2,3	3,4	6,1	7,7	3,0	5,7
Não respondeu	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Posição na família (em %)</b>								
Chefe	27,6	27,2	26,5	26,8	28,1	37,0	34,9	28,6
Cônjuge	19,3	18,6	18,1	19,0	18,1	23,3	16,0	18,8
Filho	44,5	43,2	46,1	46,4	46,2	34,7	41,1	43,6
Outro Parente	8,3	10,9	9,3	7,8	7,6	3,7	8,0	8,9
Agregado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	0,1
Pensionista	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empregado Doméstico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0
Parente do Empregado Doméstico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
<b>Estimativa (número de pessoas)</b>	<b>32.039</b>	<b>62.708</b>	<b>20.442</b>	<b>15.059</b>	<b>19.874</b>	<b>12.249</b>	<b>14.216</b>	<b>176.587</b>

Fonte: DIEESE. Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal

TABELA 1 - Distribuição da população segundo atributos pessoais: Fonte: DIEESE. Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal, 2010.

A distribuição da população segundo a escolaridade apresentou o seguinte resultado: mais de 52% dos habitantes de Planaltina não estão frequentando escola, mas já a frequentaram e sabem ler e escrever; outros 31% estão frequentando escola e sabem ler e escrever. Em todos os setores, há maior proporção de pessoas que cursaram até o ensino fundamental e não o completaram e 23% completaram o ensino médio. É importante notar que 24% da população do Vale do Amanhecer; 15% da do Condomínio Estância Mestre D'Armas; 14% do Jardim Roriz; 13% de Buritis; 12% do Setor Tradicional e de Arapoanga; e 10% do Condomínio Estância Mestre D'Armas declararam ser analfabetos (DIEESE, 2010, p.135).

O critério de Distribuição dos domicílios segundo distância aproximada de uma escola pública de ensino fundamental, ficou comprovado que as escolas públicas da RA de Planaltina são próximas dos domicílios, em especial aos do Jardim Roriz, do Setor Tradicional e de Buritis, onde, respectivamente, 97%, 84% e 78% deles estão há menos de 15 minutos a pé deste tipo de estabelecimento. Já em Arapoanga, 19% dos domicílios que estão entre 30 e 45 minutos de uma dessas escolas (DIEESE, 2010, p.

148). No caso da Tenda-Escola Cigana se encontra dentro do próprio acampamento e não fugiria à regra, porém novamente também não aparece na pesquisa.

Escolaridade	(em %)							Total
	Planaltina - Arapoanga	Planaltina - Buritis	Planaltina - Condomínio Estância Mestre D'Armas	Planaltina - Condomínio Mestre D'Armas	Planaltina - Jardim Roriz	Planaltina - Setor Tradicional	Planaltina - Vale do Amanhecer	
<b>Frequência à escola</b>								
Sim e sabe ler e escrever	31,2	26,8	42,8	27,2	35,3	28,6	32,6	31,0
Sim, mas não sabe ler nem escrever	1,2	1,5	0,6	3,4	0,3	0,4	0,0	1,2
Não, mas já frequentou e sabe ler e escrever	54,9	55,9	38,2	62,4	50,0	57,6	43,1	52,7
Não, mas já frequentou e não sabe ler e escrever	0,4	0,0	0,7	0,0	1,3	0,8	0,0	0,4
Não, nunca frequentou, mas sabe ler e escrever	0,6	1,9	0,6	0,0	0,0	1,9	0,5	1,0
Não, nunca frequentou e não sabe ler nem escrever	10,4	11,8	13,4	6,9	12,2	10,8	23,8	12,3
Não respondeu	1,2	2,1	3,7	0,0	0,8	0,0	0,0	1,5
<b>Grau de escolaridade</b>								
Sem declaração	1,5	3,0	3,7	0,0	0,8	0,0	0,0	1,8
Analfabeto	12,1	13,3	14,7	10,3	13,8	12,0	23,8	13,8
Sem escolaridade	0,6	1,9	0,6	0,0	0,0	1,9	0,5	1,0
Ensino Fundamental Incompleto	46,8	34,7	38,2	37,0	35,3	30,6	30,1	36,9
Ensino Fundamental Completo	11,7	6,8	10,4	2,9	8,0	3,6	6,9	7,7
Ensino Médio Incompleto	11,0	6,7	12,4	9,2	7,1	8,7	12,7	9,0
Ensino Médio Completo	14,7	24,5	14,6	34,3	29,1	22,6	23,8	22,7
Ensino Superior Incompleto	0,3	4,1	3,1	1,9	5,0	12,1	1,3	3,5
Ensino Superior Completo	1,4	5,0	2,4	4,4	0,9	8,6	0,9	3,5

Fonte: DIEESE. Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal

TABELA 2 - Distribuição dos domicílios segundo distância aproximada de uma escola pública de ensino fundamental. Fonte: DIEESE. Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal

Planaltina atualmente aparece em recente estudo da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan)<sup>9</sup> como uma das Regiões com maior ocorrência de pobreza crítica. A Companhia pesquisou, a partir dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), as dimensões relevantes da pobreza das famílias, suas criticidades e amplitudes. Foram identificadas cinco dimensões: I) Condições de habitação; II) Acesso a ensino médio de qualidade; III) Dependência infantil; IV) Vulnerabilidade financeira e V) Acesso ao ensino fundamental. É notório que duas das maiores pobreza estejam ligadas à educação, a primeira ao acesso à creche e educação infantil e a outra ao ensino fundamental e médio (Codeplan, 2015).

As características educacionais apuradas pela PMAD-2013 em Planaltina revelam a existência de 25.457 estudantes no município (30,54% da população), sendo que 22.252 ou 87,41% dos que estudam o fazem em escolas públicas e 3.205 pessoas (12,59%) estudam em escolas particulares. Declararam não estudar 57.899. A pesquisa revela ainda que 29.058 pessoas (34,86% da população) declararam já ter concluído os estudos. Apurou também que as duas principais razões dos demais 28.877 moradores não estudarem são: 16.383 ou 19,65%, falta de interesse e 7.813 ou 9,37% porque trabalham. São apenas 324 ou 0,39% os que alegaram não estudar

<sup>9</sup> Estudo apresenta índice multidimensional da pobreza no DF, disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br/noticias/avisos-de-pauta/item/3289-estudo-apresenta-%C3%ADndice-multidimensional-da-pobreza-no-df.html>. Acessado em: 15/10/2015.



por não haver vaga na escola ou pela distância desta em relação à moradia.

Ao analisar os níveis de escolaridade da população de Planaltina, sobressaíram três níveis: o médio completo, com 31,71% (26.429 pessoas); o fundamental incompleto, com 30,80% (25.673 pessoas) e o médio incompleto, com 12,70% (10.586 pessoas). Vale ressaltar que boa parte dos que se encontram nessas condições ainda está estudando. Deve se assinalar também que 1,73% (1.440 pessoas), com 15 anos ou mais, declararam-se analfabetos e 4,02% (3.349) sabem ler e escrever. No outro extremo, 3,46% revelaram ter curso superior incompleto e apenas 3,76%, superior completo. Possuem especialização 288 pessoas (0,35%) e mestrado 144 pessoas (0,17%).

A quantidade de crianças com seis anos fora da escola é relativamente elevada, atingindo 4,58% (3.817) crianças. Houve registro de um percentual pequeno de crianças e adolescentes de seis a 14 anos fora da escola, 0,13% ou 108 crianças. Com relação à EJA, embora os percentuais ainda sejam baixos, nota-se que o município possui cerca de 1.728 jovens e adultos buscando concluir seus estudos.

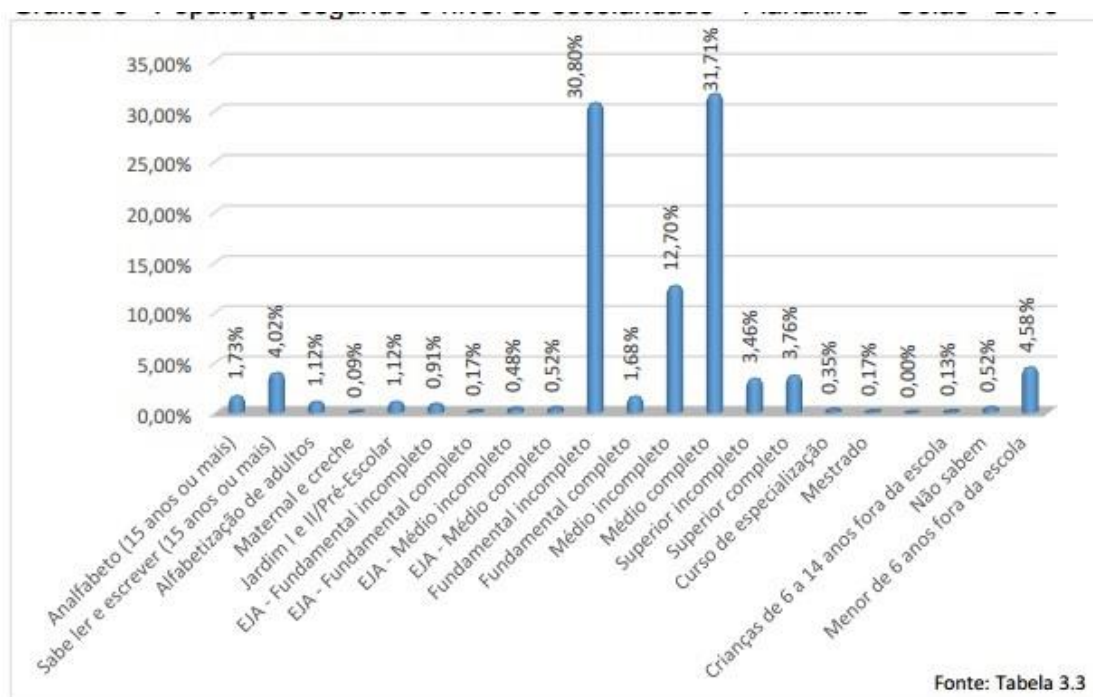


GRÁFICO 1 - Quanto à educação e nível de escolaridade Fonte: PMAD 2013

Dos residentes nesta RA, 69,51% declararam ser pardos e 24,67%, brancos. A cor preta é representada por 5,75% dos residentes. Sobre o estado civil/forma de união da população de Planaltina, observa-se a prevalência dos solteiros, 40,16%, seguidos

pelos casados, 31,43%. Dos casados, no civil e religioso, 22,52%, união estável, 18,64% e só no civil, 8,09%. Destaca-se, ainda que, 4,57% são viúvos e 3,65% são separados.

Do total da população residente, 60,25% declararam ser católicos, 20,83% são evangélicos tradicionais, 6,15%, evangélicos pentecostais e 4,98%, espíritas. Quando perguntado acerca da frequência religiosa, 54,72% afirmaram que têm frequência regular nos cultos religiosos, 36,71% praticam a religião eventualmente e 7,58% não frequentam cultos religiosos. (PMAD, 2015).

Quanto aos analfabetos, foi registrada ocorrência de 5,11% dos responsáveis pelos domicílios, conforme tabela abaixo:

Escolaridade	Nº	%
Analfabeto (15 anos ou mais)	2.773	5,11
Sabem ler e escrever (15 anos ou mais)	1.109	2,04
Alfabetização de adulto	347	0,64
Ensino Especial	0	0,00
EJA - Fundamental incompleto	624	1,15
EJA - Fundamental completo	0	0,00
EJA - Médio incompleto	277	0,51
EJA - Médio completo	208	0,38
Fundamental incompleto	22.672	41,77
Fundamental completo	3.189	5,87
Médio incompleto	3.952	7,28
Médio completo	12.410	22,86
Superior incompleto	2.496	4,60
Superior completo	3.813	7,02
Curso de especialização	208	0,38
Mestrado	69	0,13
Doutorado	0	0,00
Não respondeu	0	0,00
Não sabem	139	0,26
<b>Total</b>	<b>54.286</b>	<b>100,00</b>

TABELA 3 – PDAD – ESCOLARIDADE RA-Planaltina. Fonte: PDAD, 2015

Após levantamentos em ambas pesquisas, de 2010 ano que foi produzido o Relatório Analítico Final da Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal, e que coincide com a chegada dos Calon em Planaltina, bem como a PMDA em 2013, e a PDAD em 2015, podemos observar que houve avanços sociais, podemos perceber também que os ciganos seguem invisíveis, sequer figuram ou são citados nas pesquisas.

## 5. A TENDA ESCOLA CIGANA E OS SUJEITOS DA EJA



FIGURA 3 - 1ª Tenda Escola onde aconteceram os dois primeiros ciclos do DF Alfabetizado. Fonte: Autores.

A Escola Tenda Cigana Córrego do Arrozal Sobradinho-DF foi inaugurada em 3 de julho de 2013. Nesta localidade possuía inicialmente duas turmas de Ciganos EJA. A tenda era utilizada para dar aulas de segunda a quinta-feira das 14:00 às 16:00 horas, orientadas e alicerçada sob a responsabilidade da Secretaria da Promoção para Igualdade Racial (SEPPIR), da Secretaria de Educação (SE-DF), Regional de Ensino de Sobradinho, RAS de Sobradinho/Planaltina, por meio do DF Alfabetizado.

No acampamento moram 120 famílias, destas, 50 são educandos e foram alfabetizados no ano de 2013 e 2014. Já, a 3a. turma, realizada no ano de 2015, contou com um total de 15 alunos oficialmente matriculados. A presença da Tenda Escola na comunidade foi motivo de festa. Era comum se notar a presença de crianças estudando durante a realização das aulas, por se sentirem mais à vontade, do que na escola tradicional, onde ainda hoje sofrem com o preconceito. Tal comunidade, segundo a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, também se encaixa com o perfil encontrado nos Povos na Diversidade da EJA, que sofreram muitas perseguições, e que mesmo em tempos modernos ainda sofre, do mesmo modo as agruras dos seus opressores, no caso a sociedade em si.

Ao adentrarmos o universo do perfil do estudante de EJA nos encaminhamos necessariamente para a análise das relações entre Trabalho e Educação, entendendo

o trabalho como instância constitutiva da formação humana. (RÊSES, 2014). Engels é até mais enfático: O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. A relação com o trabalho também revela o grau social e a classe ocupada por essa pessoa.

Esse reflexo pode ser constatado em relação aos postos de trabalhos ocupados pelos ciganos Calon, segundo tabela abaixo em que foi realizada pesquisa do perfil ocupacional dos estudantes do DF Alfabetizado que funcionava na Tenda Escola. Achamos por bem classificá-los por quantidade e números e não por porcentagem pelo fato das turmas serem pequenas. São eles:

PROFISSÃO	CBO	QUANTIDADE
Autônomos	3547-05	50
Cabeleireiro333333 (a)	5161-10	1
Vendedor	5211-10	47
Manicure	5161-20	1
Dançarina étnica	3781-10	10

TABELA 4 – Quadro de trabalhadores ciganos do Córrego do Arrozal FONTE: Elaborado pelos Autores.

O acampamento é composto entre mulheres e homens, jovens e adultos com idade entre 14 até 62 anos. A remuneração de cada um varia de acordo com cada tipo de trabalho, 9 desses alfabetizando se dizem já sindicalizados. Com a globalização as novas tecnologias de comunicação e informação novas formas na organização do trabalho surgiram. Alguns mais jovens são encarregados de colher e alimentar dados das suas lutas sociais na internet. A uma rede de interligação que está surgindo e isso graças ao DF Alfabetizado, que deu o pontapé inicial e ensinou e instrumentalizou a leitura de mundo às primeiras turmas. Hoje os filhos de seu Elias, assumem papéis de destaque na luta nacional e com frequência participam de encontros nacionais dos povos ciganos. Assim, os trabalhadores ciganos desenvolvem novas competências para o exercício de suas profissões e demandas. O próprio conceito de ocupação na tabela acima revela a necessidade de atualização e revisões que reflitam essas mudanças advindas com a tecnologia.

Gramsci lança um olhar especial sobre os “grupos subalternos”, designação encontrada para nomear aqueles que sofrem as iniciativas das classes dominantes que controlam o aparelho do Estado. De um lado reconhece que estes atuam de forma

dispersa e episódica como movimento que vem de baixo para cima, que parte das massas, das periferias. Gramsci aprofunda as denúncias de Marx sobre os povos oprimidos, subjugados pela opressão do capital e com isso apoia as lutas de libertação e independência:

(...) Gramsci faz uma distinção (não separação) entre “classes instrumentais e subalternas”. Quer dizer, entre “classe operária” (instrumental) - vinculada diretamente às atividades da fábrica - e “subalternos”, estratos da população sem vínculo direto com a produção industrial. Uma distinção que, hoje, poderia ser traduzida entre os subalternos absorvidos no sistema e os descartados que vivem à margem dele, entregues a si mesmos, muitas vezes, “subalternos dos próprios subalternos”. Nesses últimos, estariam incluídos os super-explorados (precarizados, subcontratados, terceirizados, trabalhadores informais) e o crescente contingente de desempregados, de setores sociais à deriva, amontoados nas favelas e nas periferias, os migrantes e os grupos étnicos estigmatizados, os que são empurrados para o “inferno das subclasses. (SEMERARO, 2012, p.61)

Praticamente habitando o “inferno das subclasses”, o acampamento reconhece na Tenda Escola a oportunidade de encontrar o caminho da autonomia. Para o líder dos ciganos, o programa DF Alfabetizado ajudou muito, porque depois do curso de alfabetização ele pôde tirar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), por exemplo. Assim como ele, os homens do acampamento vivem da compra e venda de carros, então a CNH mais que um simples documento é a tranquilidade para trabalhar. Elias conseguiu tirar a carteira, mas confessa que muitos ciganos às vezes têm que recorrer a “clandestinidade” para trabalhar. O analfabetismo impossibilita, não só no campo do emprego, como também acarreta a exclusão social, já que a falta de documentos traz consigo a indigência e o desaparecimento nos dados que são utilizados nas elaborações das políticas públicas.

A inclusão educacional tem ocupado boa parte da agenda do governo, e aberto o campo à reflexão nos movimentos organizados e demais segmentos da sociedade. Embora todos estejam de acordo quanto à necessidade de melhorar a qualidade das instituições é preciso também levar a educação e os meios para que a mesma venha possibilitar a cidadania. “A Pátria Educadora” antes precisa melhor acolher a todos e promover a justiça social pelo resgate histórico das minorias étnicas e raciais. Em termos de direito muitos temos avançado, agora falta-nos ainda a prática desses direitos na continuidade dos estudos dos egressos do DF Alfabetizado como dever de casa.

No documento final da CONAE (2014) chamamos atenção para o Eixo II, que diz respeito a Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos que constitui o eixo central da educação e objeto da política educacional. Ao adotar tal postura conclama a efetivação de uma educação pública democrática, livre de todo tipo de preconceito nas instituições educativas em todos os níveis, etapas e modalidades. Para tanto é preciso políticas públicas efetivas que abracem a questão da diversidade, das questões ética e da superação de antigas práticas pedagógicas discriminatórias e excludentes, no caso dos ciganos a continuidade dos egressos do DF Alfabetizado no próprio acampamento.

Mesmo hoje quando a escola se abre para o ensino para a vida, vemos a necessidade de a todo momento modificarmos a grade curricular, trazê-la mais para a realidade. A dificuldade existente em seguir com os estudos na escola tradicional vai muito além... A presença dos ciganos no Córrego do Arrozal acabou indo de encontro aos interesses imobiliários da redondeza e tanto incômodo gerou denúncias que findou em uma operação violenta da polícia intitulada "Operação Calon", no dia 7 de março de 2015.

Truculência, desumanidade, afronta aos direitos da comunidade, ameaças, emboscadas e armas. A polícia atendendo a denúncias "anônimas" promoveu um festival de arrogância e força, colocou as ciganas nuas em pleno acampamento, ridicularizou os homens, oprimiu os velhos, desrespeitou as crianças ciganas, os costumes e tradições. Saldo da operação: prisão de dezenas de ciganos. Para completar a festa e a exposição e enxovalho mais matérias em jornais locais, discriminando e aumentando ainda mais a pecha do preconceito contra o acampamento Calon. Resultado de tanta violência e opressão, os ciganos desta vez levantaram acampamento e além de ter seu direito a Educação, mais uma vez negado, tiveram também o direito à cidadania e a identidade brasileira jogado no lixo. Realmente a palavra "perseguido" faz parte da rotina do acampamento e da história, como podemos comprovar durante o tempo de campo para a realização desse PIL.

A realidade vivida por nós educadores durante DF Alfabetizado no acampamento cigano é de um mundo extremamente capitalista e preconceituoso; seguimos ligados pelo desejo do mestre Paulo Freire de uma utopia de uma educação mais humanizada, pela troca de saberes, de experiência, não pelo autoritarismo do professor da antiga escola tradicional, do ensino bancário; no caso dos Calon, eles vivenciam um processo dialético que deve ser levado em consideração principalmente em relação ao tempo e à história. Somos uma nação jovem de direitos, de Ministério Público (MP), de

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e de direito à inclusão social. Como alfabetizadores não poderíamos deixar de sentirmo-nos frustrados com o desfecho policial, que mais uma vez afastou os ciganos, que ficaram apreensivos e com medo.

Não adianta o governo federal fazer uma política de inclusão social se o governo local usa a polícia contra aqueles que sempre tiveram seus direitos negados. Lutar por decência e respeito, lutar por justiça e por respeito, é o que nos restava, cobrar esses direitos; fazê-los conhecidos da comunidade foi então essencial, e revelou a eles ainda mais a necessidade de continuarem os estudos; naquela hora ficou ainda mais claro que o DF Alfabetizado era só um primeiro passo de toda uma caminhada. Os desafios só aumentavam, e agora como enfrentar tanta dificuldade, ainda mais com a polícia batendo na porta?

## **5 JUSTIFICATIVA**

### **5.1 - O programa Brasil Alfabetizado e a história da EJA no DF**

Realizado pelo MEC desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) é direcionado a alfabetização de jovens, adultos e idosos. Considerado como uma porta de acesso à cidadania e o retorno aos estudos, o PBA tem por objetivo elevar o nível de escolaridade das camadas mais esquecidas da população. Através de parcerias com estados, municípios e o Distrito Federal, o programa é desenvolvido em todo o território nacional. O PBA tem como objetivo o analfabetismo entre os jovens de 15 anos ou mais, adultos e idosos, promovendo a democratização ao ensino fundamental e médio. Formulado e implementado pelo Ministério da Educação e Cultura, seu público alvo é o mesmo do Plano Brasil sem Miséria, bem como as famílias do Bolsa Família. O PBA é chancelado pela UNESCO. No Distrito Federal recebe o nome de DF Alfabetizado. Em fevereiro de 2013, em parceria com as Secretarias de Educação, SEPPIR, Secretaria da Cultura deu início ao processo de implantação da Escola Tenda na Comunidade cigana Calon.

Baseado na Lei Orgânica do DF de 1993 que determina a permanência da Alfabetização de Jovens e Adultos, o programa DF Alfabetizado busca selecionar em toda comunidade pessoas que não foram alfabetizados na idade certa, essas pessoas são selecionadas através de um cadastro feito por voluntários alfabetizadores que buscam os futuros educandos batendo de “porta em porta” para cadastrá-los no programa, podendo atender até 25 alunos por turma. O edital de chamada pública Nº 01/2013 - Processo seletivo simplificado para voluntários alfabetizadores lançado por parte do Governo do DF, anunciava uma complementação à bolsa de igual valor

(R\$ 400,00) ao já existente no programa nacional, seria um incentivo para esses alfabetizadores voluntários. Entre suas principais ações destaca-se o apoio técnico e financeiros aos projetos de alfabetização voltados para a EJA.

Para Dimitri Assis Silveira:

As primeiras experiências de Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal, e em especial de alfabetização de jovens e adultos, se misturam com a própria história da criação da Universidade de Brasília (UnB).(2013, p.40)

Ao estudar a história do DF Alfabetizado, Silveira narra as reuniões embrionárias que aconteceram na época do então presidente João Goulart com Paulo Freire, idealizador do Plano Nacional de Alfabetização. Os primeiros círculos de cultura no DF foram formados no Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Gama e Sobradinho (RÊSES, VIEIRA; REIS, 2012).

Tal movimento, porém, foi suplantado com o Golpe Militar de 1968, voltando com força depois do processo de redemocratização no final da década de 1980. Silveira destaca também a importância da criação do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal (GTPAFórum EJA/DF) fundado em 1989, na luta por uma educação emancipadora para Jovens e Adultos excluídos da alfabetização pelas agruras do capitalismo. Com características e concepções plurais, o GTPA conjuntamente com os Fóruns Nacionais, tem contribuído para fortalecer a luta por educação de qualidade, dialogando com os diversos setores dos movimentos sociais comprometidos com a EJA. Vale lembrar que em 2005, os Fóruns de EJA do Brasil, em parceria com a UNESCO, criaram o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, reunindo informações e possibilitando a comunicação entre os diversos fóruns e segmentos da EJA. (SILVEIRA, 2013, p. 47).

Até os dias atuais muitos foram os avanços na área social vivido pelo Brasil, principalmente no que diz respeito às Políticas Públicas (PP) ligados à EJA, elenca Silveira:

1 - O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); garante/destina recursos públicos para os sistemas de educação de estados, municípios e Distrito Federal. 2 - O próprio PBA ; 3- O Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA), antigo Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), criado em 2009; 4- O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM Urbano) criado em 2005, pelo Parecer CNE/CEB nº 2/2005; 5- O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a



Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); 6- O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955. A partir da Lei nº 11947, de 16 de junho de 2009; 7- O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004; 8 - Educação nas Prisões criado pela Resolução CNE/CEB nº 02, de 19 de maio de 2010; 9- O Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), criado pela Portaria nº 86, de 1 de fevereiro de 2013, com base no Decreto nº 7352, de 4 de novembro de 2010 (2013. p. 50,51,52,53).

Foi através do DF Alfabetizado que a história da construção coletiva deste projeto se deu. Foi a participação nele que trouxe a aproximação e amizade entre os participantes de diversos segmentos, educandos, educadores, secretarias, é através do esforço coletivo, o fiscalizar e fazer valer as políticas públicas que vão agregar forças a realização do mesmo. Foi participando desta experiência (dolorida e enriquecedora) que nos permitiu uma aproximação maior com a população Calon. O DF Alfabetizado atende a alunos de EJA a partir dos 15 anos, jovens, adultos e idosos, em Itinerância. Desde o ano de 2009 nos foi apresentado DF Alfabetizado, que por sua vez nos trouxe benefício e muitas inquietações. O benefício foi ser convidado a fazer parte do programa de Pós-Graduação ofertado pela UnB. Já as inquietações...

Fazer parte deste programa PBA/DF Alfabetizado nos trouxe para perto da problemática vivida pela comunidade cigana, sujeitos em processo de mudanças em sua vida escolar. O curso instrumentalizou nesse sentido para a gente até mesmo no ineditismo do que foi por nós vivido no acampamento. Foi através do curso que tivemos acesso ao conhecimento que lançaria luz à problemática vivida pelos Calon. No momento em que acreditamos que é através das políticas públicas e da pressão para o cumprimento das mesmas que levaremos os estudos aos egressos dessa comunidade.

A realidade da comunidade é de uma precariedade total, ademais da falta de infraestrutura já descrita, o acampamento também carece de uma fonte de organização, um escritório, onde se pudesse juntar e analisar todo o material histórico e documental: sua origem, características e funcionamento, por exemplo. A metodologia administrativa organizacional descrita por Garcia parecia então ideal para a ocasião:

Em virtude disto, decidimos empreender um diagnóstico organizacional, onde os requisitos funcionais fossem claramente subordinados a certos valores humanos, ou estivessem explicitamente subordinados a um conjunto de princípios éticos.

Para realizar este empreendimento, o primeiro passo foi de passar a ver os participantes de uma organização como seres humanos autodeterminados, capazes, portanto, de consciente e ativamente participarem na transformação do mundo em que vivem. O segundo passo foi o de encontrar uma definição de administração que atendesse ao critério de autodeterminação. O terceiro passo a criação de recursos estratégicos ou instrumentos de autodeterminação, que são bases de apoio para a viabilização de uma administração emancipadora.

Assim, definiu-se administração como a descoberta e implementação de recursos estratégicos a serem mobilizados pelos participantes de uma organização.

Nesse sentido, administração é entendida como o processo social de revelação e realização de um curso de ação estratégica, seja a nível macrossocial, seja a nível organizacional. Administrar é portanto, tomar decisões críticas em relação a possíveis cursos de ação, isto é, decidir-se entre possibilidades objetivas emergentes." (GARCIA, 1980, p.8)

A experiência de campo tinha nos revelado até então o *SER* cigano, suas dificuldades, seus medos, e suas demandas; e precisávamos encontrar não só o problema: que era a garantia da continuidade dos egressos aos estudos, mas sim o como viabilizar isso. Paulo Freire assinala em sua "Pedagogia do Oprimido" o compromisso e a necessidade de uma prática pedagógica emancipadora e que promova a conscientização e posteriormente a emancipação do sujeito.

Como metodologia o PIL adotou as seguintes medidas:

1. Fazer um diagnóstico emancipador;
2. Levantar as demandas e as conquistas da comunidade Calon;
3. Trabalhar a autoestima e valorização da cultura e tradição do acampamento;
4. Fortalecer o trabalho de conscientização junto a comunidade;
5. Promover ampliar o diálogo entre ACEC e as Regionais de Educação de Sobradinho e Planaltina, visando o objetivo: garantir a continuidade dos estudos dos egressos do PBA-DF na Tenda Escola.

Garcia define:

(...) Em resumo, o diagnóstico emancipador visa fundamentalmente, a apreender as relações existentes entre temas e conceitos e a sua base real, isto é, entre os processos e as suas realidades políticas, sociais e culturais.

(...) Nas suas bases teóricas, o diagnóstico emancipador é uma abordagem multidisciplinar que se apoia, entre outras coisas, na ciência política e na economia, que

ajudam a compreender determinadas estruturas globais: na sociologia e na psicologia social, que propiciam a análise dos elementos constitutivos do sistema de valores e crenças. (1980, p.10)

Garcia lembra ainda que para Freire sem diálogo não pode haver comunicação, e sem comunicação, não pode haver uma verdadeira educação (1980, p. 12). Para nós educadores a verdadeira educação que se refere Paulo Freire requer uma prática que privilegiasse outrossim uma educação emancipadora.

A vida nômade dos ciganos, seus costumes e cultura, a necessidade de sobrevivência através do comércio, do trabalho também são desafios a serem levados em conta nessa jornada. Há uma necessidade enorme de transplantarmos essa realidade do papel, dos gabinetes, das leis, para a vida na tenda escola cigana. O desafio é grande e vai além de promover a articulação tão somente entre as secretarias ou das regionais de educação de Sobradinho e Planaltina; dependem também das políticas públicas integradas, com as Secretarias de Inclusão e da Igualdade Racial, a de Segurança Pública, responsável por promover uma verdadeira barbárie no acampamento cigano do Córrego do Arrozal, com uma operação policial desastrosa que acabou inviabilizando as aulas na tenda escola por quase todo um semestre.

Os ciganos Calon nômades em itinerância abrangem um conjunto de fatores social, econômico, cultural e político. Um deles é a vontade de serem reconhecidos, pelos órgãos, lutam por igualdade social e querem dar continuidade aos estudos em sua própria comunidade. Para eles é gratificante ter a perspectiva de poder continuar os estudos na tenda escola, pois já fazem parte de um povo que começa a ter seus direitos reconhecidos e agora tem endereço. O grupo Calon já conquistou o direito ao terreno ocupado. Foi assinado no dia 24 ao que se refere a um termo de adesão ou seja Cessão de Imóvel, para abrigar os ciganos, que já se encontram no local desde o ano de 2009.

A Secretaria de Políticas para Povos Ciganos já dispõe de Decretos relacionados a promoção da igualdade dos povos ciganos, entre eles o Decreto no 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Ciganos e Comunidades Tradicionais. Através da própria SEPPIR foi lançada uma Cartilha intitulada "Brasil Cigano" um guia de políticas públicas para os povos ciganos em maio de 2013 que reúne as principais políticas públicas para os povos ciganos baseada em quatro eixos sendo eles: Eixo 1: voltada para os Direitos Humanos; Concede direito à documentação básica e ao registro civil, hoje já é possível ao povo cigano ter direito a Carteira de Identidade; CPF; Carteira de Trabalho; bem

como busca capacitar os Defensores Públicos para os direitos das comunidades tradicionais; bem como ao direito de segurança nos acampamentos através da mediação de conflitos; Eixo 2: Dá acesso as políticas sociais e de infraestrutura através do Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal (CadÚnico), possibilitando assim identificar e caracterizar as famílias de baixa renda e de alto grau de vulnerabilidade; possibilitando o acesso a Bolsa Família; Minha Casa Minha Vida; Programa Luz para Todos; Direito à Educação Itinerante; ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Programas de Saúde, como o Programa Saúde da Família (PSF); Programa de Saúde Bucal – PSB/Brasil Sorridente; à Rede de Assistência; Eixo 3, abrange as políticas culturais, como prêmio “Culturas Ciganas”, que visa promover a cultura cigana e minorar o preconceito da sociedade; através da implantação dos pontos de cultura, programa que promove o estímulo às iniciativas culturais da sociedade civil. E por último e não menos importante, o Eixo 4, que contempla o acesso a Terra, através da regularização fundiária, através da Secretaria do Patrimônio da União – SPU, através das leis 9636, de 15 de maio de 1998; Lei 11.481/2007 e Lei 11.952/2009 (Brasil, 2013).

Uma das características dos educandos desta comunidade cigana e a sua baixa estima, muitas vezes reforçadas por críticas e preconceitos ao seu modo peculiar de viver. A presença da tenda escola no acampamento ajudou a trabalhar sua identidade e valores. O acesso à educação abriu novos horizontes, agora eles buscam formas de aprimorar os seus conhecimentos e sua participação na sociedade; desejam continuar seus estudos e se emancipar. Hoje, para tudo precisam da escola. A luta por direitos a partir da ACEC requer habilidades textuais como a produção de Atas, Ofícios, Requisições, e uma série de documentos burocráticos para se manterem na luta. Por vezes sentem-se fracassados diante tal situação; suas eventuais passagens pela escola tradicional, muitas vezes são marcadas pela exclusão social, por preconceitos, pela falta de material didático que lhe aponte como sujeito de virtudes e não de vícios. Esses são alguns dos vários motivos que os levam ao insucesso escolar no sistema tradicional.

A Comunidade cigana tem o apoio da Secretaria de Educação, SEPPIR, Cejadi, com projetos voltados a EJA objetivando a Inclusão Social. Trazer a escola para dentro da comunidade são reivindicações já há muito pensadas por eles. É preciso desenvolver o pertencimento; esse é outro desafio encontrado pela comunidade Calon. Tal sentimento deve ser trabalhado também na sociedade circunvizinha, que também precisa ser preparada para minorar ou extinguir o preconceito.

A escola Cigana criou um marco para a história do movimento no Brasil e gerou a possibilidade de novos caminhos e oportunidades, o que falta é o Estado brasileiro garantir, de maneira plena, os direitos dos Povos Ciganos, superando os grandes desafios da invisibilidade social, do preconceito e da discriminação social. Saber quem são eles, conhecer sua cultura e vivência só enriquece o processo de formação de uma identidade nacional e na construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Vale lembrar aqui que foi em conformidade com a definição de diretrizes para educação escolar de populações em situação de Itinerância (Resolução no. 3/2012), que foi criada a tenda escola para atender os ciganos de etnia Calon, e que assim vieram a participar da primeira turma de alfabetizados, e que hoje formam o banco de egressos que ainda aguardam com ansiedade a continuidade de seus estudos.

O Governo do Distrito Federal criou a SEPPIR/DF para promover a igualdade racial e acolher povos discriminados pela sociedade atual. Todas as atividades educacionais desenvolvidas dentro e fora do recinto escolar são compreendidas pela proposta curricular de forma objetiva com propósito a atingir a educação plena. E, se depender da vontade de aprender dos assentados Calon, fica fácil perceber que seguir em frente com os estudos é inevitável e pode lhes assegurar a tão sonhada emancipação social e econômica. A tenda escola cigana constitui um avanço muito grande para o povo do Córrego do Arrozal, uma vez que foi por meio dela que foram geradas possibilidades de novos caminhos e oportunidades. Ler e escrever para eles foi com certeza marcante, agora é preciso mais, precisam continuar estudando para que possam participar de encontros, conferências, enfim participar efetivamente das decisões importantes para a melhoria da qualidade de vida do assentamento.

Os dias seguintes após a volta dos ciganos ao acampamento, assim que a poeira baixou, por assim dizer, foi marcado por reuniões e trabalhos de articulação e agendamentos. O resultado de tanto empenho não tardou a aparecer em forma de benefícios, o principal deles foi a troca da tenda antiga por uma nova, maior e melhor. Falta ainda novas mesas e cadeiras, bem como cimentar o piso, melhores condições para que a inclusão se faça efetiva. As idas e vindas no acampamento dos assentados e seu retorno às aulas possibilitaram novas retomadas. Conversas mais recentes com representantes da Regional de Ensino de Sobradinho revelam que o presente PIL está caminhando não só junto aos anseios dos Calon, mas que a proposta encontra boa acolhida nas secretarias de Estado do DF, que já articulam a possibilidade aventada de implementar no próprio assentamento cigano o primeiro segmento da EJA, que dividiria espaço com as turmas iniciais dos próximos ciclos do DF Alfabetizando,

gerando uma cadeia que será alimentada pelo próprio DF Alfabetizado, servindo de porta de entrada para a EJA de maneira a atender às suas especificidades.



FIGURA 4 - 2ª Tenda escola, agora bem maior e apropriada que a 1ª. Fonte: Autores

O trabalho seguinte foi reunir os principais marcos legais para nos orientar na luta, compreendendo-se toda e qualquer legislação, como leis, decretos, portarias, instrução normativa, medida provisória, etc. de uma determinada decisão política, econômica, cultural, educacional, dentre outros setores da vida do País. Nesta perspectiva, marcos legais sobre os ciganos são (SECADI, 2014):

- Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente;
- Decreto nº 678/1992, de 6 de novembro de 1992 - Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no Art. 1º afirma que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais;
- Conferência Mundial de Durban e o Brasil – Ação Internacional Concertada no Combate ao Racismo e à intolerância – em setembro de 2001, em Durban, África do Sul: cerca de 170 países se fizeram representar na

Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, com o objetivo de definir estratégias globais de combate ao racismo e à discriminação em suas distintas vertentes e manifestações;

□ Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 01, de 17 de junho de 2004, Art. 2º, § 1º, que afirma que a Educação das Relações Étnico Raciais tem por objetivo a produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira;

□ Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.177, de 1 de agosto de 2007, Art. 1º, alínea “e”, que afirma o compromisso dos países de promover o respeito pela diversidade das expressões culturais e a conscientização de seu valor nos planos local, nacional e internacional;

□ Decreto Presidencial de 25 de maio, publicado em 26 de maio de 2006, que institui o Dia Nacional do Cigano, comemorado no dia 24 de maio de cada ano, que simboliza o reconhecimento, por parte do governo brasileiro, da existência e da necessidade de trabalhar pela maior visibilidade dos povos ciganos no Brasil ;

□ Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

□ Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, e que afirma, no parágrafo único, do Art. 4º, o princípio da não discriminação na rede de serviços de saúde;

□ Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do País. Os objetivos do PNC são o fortalecimento institucional e definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais;

□ Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011, do Ministério

da Saúde, que regulamenta o Sistema do Cartão Nacional de Saúde, e que afirma a não obrigatoriedade do fornecimento do endereço de domicílio permanente no caso de população cigana nômade que queira se cadastrar.

## **6. OBJETIVO GERAL**

Garantir e ampliar os direitos a educação na diversidade Calon de Planaltina e garantir a inclusão e continuidade dos estudos dos egressos do programa PBA-DF;

### **6.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Os objetivos específicos são:

- Através do diagnóstico emancipador levantar as principais demandas do assentamento e promover e ampliar o diálogo entre Associação Ciganos da Etnia Calon de Brasília e Entorno (ACEC) e as Regionais de Educação de Sobradinho e Planaltina, bem como a articulação junto a SEPPIR, Ministério Público e a Secretaria de Educação e Secretaria de Segurança Pública.
- Trabalhar a autoestima e as conquistas da comunidade Calon;
- Fortalecer o trabalho de conscientização junto à comunidade para minorar o preconceito sofrida pelos ciganos;



## 7. ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADES
Conclamar reunião junto às Secretarias e Instituições envolvidas na garantia de políticas públicas, através da ACEC e encaminhar Ofício às autoridades para a continuidade dos estudos dos egressos do PBA-DF;	Dos professores alfabetizadores e da comunidade cigana Calon
Fazer o levantamento das Leis na área da Educação e a viabilidade de sua implementação no Córrego do Arrozal; Responsabilidade ACEC;	Coordenadores e Alfabetizadores do DF Alfabetizado
Fomentar ações através dos encontros semanais para fortalecer a entidade cigana junto a SEPPIR DF.	ACEC, através de suas lideranças, Coordenadores e Alfabetizadores, bem como as demais secretarias envolvidas no projeto
Mesa redonda com ciganos, elaborar planilhas dando ênfase as vozes dos ciganos	Alfabetizadores e a comunidade cigana Calon e demais secretarias
Reunião semanal com parceiros de posse e aprofundar mais no conteúdo relacionado ao PIL.	Coordenadores e Alfabetizadores do DF Alfabetizado juntamente as Ras de Sobradinho e Planaltina
Desmistificar o preconceito aos ciganos junto a comunidade local e às autoridades, inclusive a Polícia; Responsabilidade: ACEC, SEPPIR, MEC, GDF e Secretaria de Segurança Pública (SSP);	Todos os envolvidos no projeto, ACEC, Ras Sobradinho, Planaltina, SEPPIR, SECADI, MEC, Coordenadores, Alfabetizadores e os Egressos do DF Alfabetizado, os ciganos Calon, do Córrego do Arrozal

TABELA 5 – ATIVIDADES FONTE: PRODUZIDA PELOS AUTORES 2015

## 8- CRONOGRAMA:

Todas as atividades serão regidas por períodos, assim facilitando o planejamento que está condicionado em sua maioria ao horário e disponibilidade, das Instituições envolvidas.

<b>ATIVIDADE</b>	<b>PERÍODO</b>
Reuniões com autoridades e o povo Calon, através da ACEC	Março a Dezembro
Ofícios de Demandas	Julho a Dezembro
Levantamento das Leis e das Políticas Públicas que auxiliam os ciganos na sua luta por direitos	Março a Julho
Produção de Material de conscientização sobre o povo Calon	Março a Junho
Divulgação do material e trabalho de conscientização em Planaltina	Julho a Dezembro

TABELA 6 – CRONOGRAMA FONTE: PRODUZIDA PELOS PESQUISADORES 2015

## 9 - PARCEIROS:

Os principais parceiros são: Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão Social - SECADI/ MEC; Secretaria de Educação do Distrito Federal, Regional de Ensino de Sobradinho I, Regional de Ensino de Planaltina; SEPPIR, GDF, Secretaria de Segurança Pública do DF e a Associação dos Ciganos Calon do DF.

## 10 - ORÇAMENTO:

A presidente Dilma Rousseff sancionou no dia 25 de junho de 2014 o segundo Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei 13.005/14). Com sua publicação, estados e municípios passaram a ter o prazo de um ano para elaborar e revisar seus Planos de Educação de acordo com as metas e as estratégias aprovadas pelo documento nacional. Lembrando que o PNE reúne 20 metas que devem orientar a educação brasileira nos próximos dez anos. Na meta 9 que busca elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final de 2024, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. Já no DF, o governador Rodrigo Rollemberg, sancionou no último dia 14 de setembro o Plano Distrital de Educação do DF (PDE-DF). O Plano prevê aumento de 3,23% para 6,12% do PIB para a área até 2024. Também estabelece metas entre elas destacamos:

META 8: Garantir a educação básica a toda a população camponesa do Distrito Federal, em escolas do campo, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudos, no último ano de vigência deste plano, com prioridade em áreas de maior vulnerabilidade social, incluindo

população de baixa renda, negros, indígenas e ciganos, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou à Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan, conforme Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.

META 9: Constituir na rede pública de ensino condições para que 75% das matrículas de educação de jovens, adultos e idosos sejam ofertadas aos trabalhadores, na forma integrada à educação profissional, nas etapas de ensino fundamental (1º e 2º segmentos) e médio (3º segmento) em relação à demanda social, sendo 25% a cada três anos no período de vigência deste plano. (PDE-DF, 2015)

Ao sancionar PDE-DF, no Art. 9º o governador faz saber que todos os recursos necessários ao cumprimento das metas e estratégias previstas no PDE devem ser especificados na lei do plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual. Vale lembrar ainda que na meta 9.7 que é destinada a apoiar técnica e financeiramente os Projetos de Intervenção Local (PILs), elaborados coletivamente por profissionais da Educação de Jovens, Adultos e Idosos na forma integrada à Educação Profissional da Rede Pública de Ensino e que estejam voltadas ao desenvolvimento emancipador, atendendo às suas especificidades.

## 11- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO:

O acompanhamento e avaliação do PIL será através de reuniões mensais com os parceiros envolvidos para avaliar as ações; a partir destas reuniões mensais faremos relatórios bimestrais, de posse desses relatórios faremos as mudanças necessárias e adequações junto às especificidades da comunidade Calon; elaboração de planilhas de acompanhamento colocando avaliações diárias, pois fazendo avaliações diárias, essa planilha irá se somar ao relatório mensal.

AÇÕES	PERIODICIDADE	AVALIAÇÃO	PLANEJAMENTO
Encontros com os Coordenadores e Alfabetizadores do PBA-DF e os Egressos Calon	Mensal	Trimestral	A partir dos encontros avaliaremos as demandas
Reunião com as autoridades competentes no assunto	Mensal	Trimestral	A partir da agenda das secretarias
Reunião com a SEPPIR	Bimestral	Bimestral	A partir da agenda das secretarias
Agendamento com a SPP-DF	Trimestral	Trimestral	A partir da agenda das secretaria
Agendamento com a SECCADI	Trimestral	Trimestral	A partir da agenda das secretaria
Reunião geral com todas as secretarias e segmentos envolvidos	Semestral	Semestral	A partir da agenda das secretaria
Avaliação final	Anual	Anual	Encerramento do PIL

TABELA 7 – ACOMPANHAMENTO: PRODUZIDA PELOS PESQUISADORES 2015

## 12- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BONETTI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 3ª ed. Rev. Editora Unijui. Ijuí, 2011.

BRASIL, **Brasil Cigano – Guia de Políticas Públicas para Ciganos**, SEPPIR, 2013.

\_\_\_\_\_. **Ciganos Calon no sertão da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1994. Disponível: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a\\_pdf/1\\_fmanticiganismo2011.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/1_fmanticiganismo2011.pdf)> . Acessado em: 20. out. 2011.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

CARVALHO. Isabel Cristina de Moura. **A educação ambiental no Brasil, in Educação ambiental no Brasil, Coleção Salto para o Futuro. TV Escola. Ano XVIII boletim 01 - Março de 2008**. Disponível em: [http://ctareja.fe.unb.br/ava2014/pluginfile.php/257/mod\\_page/content/20/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental%20no%20Brasil.pdf](http://ctareja.fe.unb.br/ava2014/pluginfile.php/257/mod_page/content/20/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental%20no%20Brasil.pdf). Acessado em: 20/10/2015.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução – discutindo conceitos básicos. In SEED-MEC Salto para o Futuro – Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 1999.

MEC Ministério da Educação, **CONAE – Conferência Nacional de Educação. Documento Referência**, Brasil, 2014. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina240415.pdf> . Acessado em 12/10/2015.

Portal Imprensa Oficial. **Constituição Federal de 1988. Brasil, 2013**. Disponível em: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortallO/download/pdf/Constituicoes\\_declaracao.pdf](http://www.imprensaoficial.com.br/PortallO/download/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf) . Acessado em: 13/10/2015.

\_\_\_\_\_. **Cultura do Trabalho na Relação com a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores**. RÊSES, Erlando da Silva. 1.\_Texto\_Cultura\_do\_Trabalho\_modulo\_II%20(4).pdf. Disponível em: [file:///C:/Users/marcopolo/Downloads/1.\\_Texto\\_Cultura\\_do\\_Trabalho\\_modulo\\_II%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/marcopolo/Downloads/1._Texto_Cultura_do_Trabalho_modulo_II%20(7).pdf). Acessado em 20/04/2015.

**Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

**Educação superior à distância: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR)/** Amaralina Miranda de Sousa, Leda Maria Rangearo Fiorentini e Maria Alexandra Militão Rodrigues, organizadoras. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17 Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

**Gênero e Diversidade na Escola: formação de professores em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais.** Livro de conteúdo. CEPESC, Rio de Janeiro, 2009.

Governo do Distrito Federal. **PDE-DF, 2015. Disponível em: [http://www.df.gov.br/images/agencia\\_brasilia/2015/07%20-%20Julho/Plano\\_distribital\\_de\\_educacao.pdf](http://www.df.gov.br/images/agencia_brasilia/2015/07%20-%20Julho/Plano_distribital_de_educacao.pdf). Acessado em: 22/10/2015.**

HAICKEL, Marco Polo Haickel. **Falando de Literatura, Thesaurus Editora. Brasília 2011.**

**PNE 2014-2024: desafios para a educação brasileira. Revista Retratos da Escola: dossiê.** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** 20ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. ARROIO, Miguel. **Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?** 2007.

\_\_\_\_\_. **Subalternos e Periferias: uma leitura a partir de Gramsci** - Giovanni SEMERARO. Disponível em \_\_\_\_\_ : <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9404/6842>. Acessado em: 20/10/2015.

LDB [recurso eletrônico] : **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** : Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação ; n. 159). Versão PDF. Atualizada até 19/3/2015. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/editora>> acessado em: 21/10/2015.

MOONEM, Frans. **Anticiganismo os ciganos na Europa e no Brasil**. 3ª edição digital revista e atualizada Recife.2011. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a\\_pdf/1\\_fmanticiganismo2011.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/1_fmanticiganismo2011.pdf). Acessado em: 15/10/2015.

PEREIRA, Cristina da Costa. **Povo cigano**. Rio de Janeiro: MEC Editora, 1986. Plano Distrital de Educação, 2015/2020. 2014.

Relatório Analítico Final da Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2010/produto6.pdf>. Visitado em: 20-10-2015.

SILVEIRA, Dimitri Assis. **O programa DF Alfabetizado/Brasil Alfabetizado e a continuidade dos estudos: dos números a percepção dos sujeitos da EJA**. Brasília-DF, 2013. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16223/1/2013\\_DimitriAssisSilveira.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16223/1/2013_DimitriAssisSilveira.pdf) Acessado em: 20/10/2015.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008. 127 p. Disponível em: <[http://www.etnomidia.ufba.br/documentos/rct\\_historiaciganosbrasil2008.pdf](http://www.etnomidia.ufba.br/documentos/rct_historiaciganosbrasil2008.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2012.

**Wikipedia**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Planaltina\\_\(Distrito\\_Federal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Planaltina_(Distrito_Federal)). Acesso em 15/10/2015.